



Maria Bastião, ISCTE-IUL/CEHC

Título: *Os moradores da Ilha de Moçambique: comércio e acesso à terra na segunda metade de Setecentos*

Resumo: Na segunda metade do século XVIII a Ilha de Moçambique, centro político e administrativo, mercantil e naval da África oriental portuguesa, viu o seu protagonismo aumentado em consequência de uma série de medidas tendentes a afirmar o papel destes territórios no conjunto imperial português. A autonomia administrativa relativamente ao Estado da Índia, em 1752, e a liberdade do comércio nos portos moçambicanos para todos os súbditos do império, em 1761, foram apenas duas das medidas que, no conjunto, promoveram o crescimento urbano da *Ilha* em direcção ao continente próximo e a ampliação das oportunidades de negócio da elite insular ligada ao comércio, genericamente designada por *moradores*. Na *Terra Firme* – constituída pelas povoações de Mossuril, Cabaceira Grande e Cabaceira Pequena – os *moradores* possuíam casa e pequenas propriedades agrícola, cuja exploração se constituía como uma fonte extra de receita e uma oportunidade de diversificação de negócios.

Quem eram estes *moradores*? Que terras ocupavam? Que benefícios sociais e económicos retiraram do acesso às terras? Como se relacionaram com a administração e restante comunidade portuguesa?

A historiografia tem dado amplo destaque ao papel da Ilha de Moçambique como centro articulador do comércio intra e extra-africano mas esquecido as consequências que o dinamismo comercial da segunda metade do século XVIII terá tido na ocupação do continente que lhe é fronteiro e para o qual se expandiu. A nossa proposta é pensar estas questões tendo por base documental a correspondência entre as autoridades portuguesas que actuavam na capitania de Moçambique e entre estas e Lisboa, róis de

habitantes, relações dos produtos cultivados, relações das dívidas à Fazenda Real e cartas de aforamento.

Palavras-chave: acesso à terra; comércio; Moçambique; século XVIII.